



Universidades Lusíada

Luz, Ariele Faverzani da
Tronco, Camila Tedesco
Gelain, Denise

Quem ama acolhe! Mas quem ama devolve?

<http://hdl.handle.net/11067/3530>
<https://doi.org/10.34628/7h5s-1517>

Metadados

Data de Publicação	2016
Resumo	Este estudo tem como objetivo identificar de que forma a Psicologia pode contribuir para promover o acolhimento familiar de crianças e adolescentes afastados por medida de proteção. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa exploratória, junto ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora de duas cidades do norte do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Os participantes deste estudo foram duas psicólogas atuantes no serviço e três famílias acolhedoras e seus acolhidos, sendo utilizados c...
Palavras Chave	Famílias de acolhimento, Famílias de acolhimento - Aconselhamento
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-IPCE] RPCA, v. 07, n. 1-2 (Janeiro-Dezembro 2016)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T09:26:03Z com informação proveniente do Repositório

**QUEM AMA ACOLHE! MAS QUEM AMA DEVOLVE?
WHO LOVES WELCOMES! BUT WHO LOVES RETURNS?**

Ariele Faverzani da Luz

Camila Tedesco Tronco

Denise Gelain

Faculdade Meridional - IMED/RS

Resumo: Este estudo tem como objetivo identificar de que forma a Psicologia pode contribuir para promover o acolhimento familiar de crianças e adolescentes afastados por medida de proteção. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa exploratória, junto ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora de duas cidades do norte do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Os participantes deste estudo foram duas psicólogas atuantes no serviço e três famílias acolhedoras e seus acolhidos, sendo utilizados como instrumentos para coleta de dados fichas cadastrais das famílias acolhedoras e das crianças e adolescentes, observações e entrevistas semiestruturadas com cada psicóloga e cada família. Posteriormente, as informações foram interpretadas através da análise de conteúdo de Minayo. Os resultados apontam que a Psicologia pode contribuir de diversas formas para promover o acolhimento de crianças e adolescentes e preparar famílias acolhedoras e seus acolhidos para a reintegração na família de origem ou na família substituta. Além disso, os ingredientes próprios da Psicologia proporcionam espaços terapêuticos, acesso aos sentimentos e inquietações, bem como acolhimento e fortalecimento de vínculos entre as famílias acolhedoras e as crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Psicologia, Crianças e adolescentes, Estrutura familiar, Relações familiares.

Abstract: This study aims to identify how psychology can help to promote foster care of children and adolescents removed protection measure. To this end, there was an exploratory qualitative research by the Home Office in Family Cozy two cities in the north of the Rio Grande do Sul State, Brazil. Participants of this study were two psychologists in active service and three host families and welcomed their being used as instruments to collect registration forms data from host families and children and adolescents, observations and semi-structured interviews with each and every family psychologist. Later, the information was interpreted by Minayo content analysis. The results show that psychology can contribute in various ways to encourage the reception of children and adolescents and to prepare host families and their hosted for reintegration in the birth family or foster family. Moreover, the very ingredients of psychology provide therapeutic spaces, access to the feelings and concerns, as well as host and strengthening of ties between host families and children and adolescents.

Keywords: Psychology, Children and adolescents, Family structure, Family relations.

Acolhimento de crianças e adolescentes: o Programa Família Acolhedora

O significado da palavra família, no sentido comum, abrange pessoas aparentadas, as quais residem na mesma casa, normalmente formada pelo pai, mãe e filhos ou, ainda, por pessoas do mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção (Ferreira, 1999). Embora muitos indivíduos mencionem com naturalidade uma realidade espelhada em sua própria família, acreditando ser esta similar a todos, as famílias, independentemente de situações de crise e evolução, apresentam, ainda hoje, ampla habilidade de sobrevivência e adaptação, uma vez que subsiste sob múltiplas formas (Prado, 1981). Neste sentido, não há uma única definição para o termo família, tamanha a sua plasticidade e capacidade de transformação, devendo-se pensar em “famílias no plural, não mais como entidades fixas, mas que apresentam uma variedade de formas e uma dinamicidade social” (Schaurich, 2009, p. 416). Gomes e Pereira (2005, p. 358) acrescentam que “não se pode falar de família, mas de famílias, para que se possa tentar contemplar a diversidade de relações que convivem na sociedade”.

Partindo-se desse cenário, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora surgiu como uma forma de acolher crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, por meio de medida protetiva, devido ao abandono ou à demonstração de incapacidade de cumprir a função de cuidado e proteção por parte da família ou responsável. Ressalta-se que é prevista a viabilidade de retorno ao convívio com a família de origem. Contudo, quando comprovada a impossibilidade de reintegração, ocorre o encaminhamento da criança e/ou adolescente para a adoção (Brasil, 2009).

Tal como os serviços de acolhimento institucional, pelo prisma legal, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora deve planejar-se conforme os preceitos e orientações estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principalmente no que se refere à excepcionalidade e a provisoriedade do serviço; investimento na restituição à família de origem nuclear ou extensa; à preservação da convivência e do vínculo afetivo entre irmãos; e, a infindável articulação com a Justiça da Infância e da Juventude e a rede de serviços (Brasil, 2009). Além disso, essa é uma forma de acolhimento diferenciada, a qual não se encaixa no entendimento sobre abrigo em entidade, mas pode ser compreendida como regime de colocação familiar, conforme referenciado no artigo 90 do ECA.

O serviço de acolhimento atende crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, cuja análise da equipe do programa preconize possibilidade de voltar à família extensa, de origem ou ampliada, exceto casos urgentes, nos quais inexistam alternativas de acolhimento e proteção. Torna-se importante salientar, ainda, que cada família poderá acolher uma criança por vez, porém, quando se tratar de grupo de irmãos, esse número poderá ser ampliado, caso seja a melhor alternativa de modalidade de serviço (Brasil, 2009).

As famílias acolhedoras são selecionadas, capacitadas e acompanhadas

pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento para que possam receber crianças ou adolescentes em medida de proteção aplicada por autoridade competente, sendo realizado por meio de um termo de guarda provisória. Um procedimento de seleção e capacitação cauteloso é fundamental à consecução de famílias acolhedoras, com delineamento apropriado ao desenvolvimento de suas incumbências, possibilitando, assim, a oferta de um serviço de qualidade aos usuários. Deve-se, portanto, observar características como a disponibilidade afetiva e emocional; padrão saudável das relações de apego e desapego; relações familiares e comunitárias; rotina familiar; não envolvimento de nenhum membro da família com dependência química; espaço e condições gerais da residência; motivação para a função; aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes; capacidade de lidar com separação; flexibilidade; tolerância; pró-atividade; capacidade de escuta; estabilidade emocional; capacidade de pedir ajuda e de colaborar com a equipe técnica (Brasil, 2009).

O desligamento do serviço com a criança/adolescente ocorrerá apenas após a avaliação da equipe de profissionais do serviço, em diálogo com a Justiça da Infância e Juventude, com o Ministério Público, Conselho Tutelar e rede envolvida, no qual será observada a possibilidade de retorno familiar, seja para a família nuclear, extensa ou de origem, ou a necessidade de acolhimento em outro espaço de proteção, ou, ainda, o encaminhamento para adoção (Brasil, 2009).

O papel da Psicologia no Programa Família Acolhedora

O entendimento sobre os processos de vinculação tem sido explorado nas muitas etapas do desenvolvimento humano, tanto na infância e na adolescência, quanto na vida adulta e na velhice (Oliveira, 2000). Bowlby propôs a existência de uma pulsão primária ou pulsão de vinculação, a qual se expressaria de modo mais nítido nos primeiros dois anos de vida da criança, “nomeadamente pelos comportamentos de sinalização, como sorriso, chorar, sucção ou chamar a atenção de outras formas e comportamentos de aproximação, como a tendência de ‘ir para’, agarrar-se, seguir ou procurar” (Oliveira, 2000, p. 158).

Posteriormente, Bowlby ampliou estas construções, conjecturando o comportamento de vinculação como “qualquer ação de um indivíduo para procurar ou manter a proximidade para com um outro percebido como mais capaz de lidar com as situações em geral” (Oliveira, 2000, p. 158). Deste modo, “as primeiras experiências dos recém-nascidos ganharam uma outra importância para a compreensão dos comportamentos de indivíduos adultos” (Oliveira, 2000, p. 158).

Outra contribuição fundamental de Bowlby, refere-se à Teoria do Apego (TA), a qual se atribui a ações de um indivíduo para conseguir ou manter proximidade com outro sujeito, evidentemente apontado e julgado mais capaz de lidar com o mundo, sendo que “a função principal atribuída a esse

comportamento é biológica e corresponde a uma necessidade de proteção e segurança” (Bowlby, 2006).

Somam-se aos estudos em relação ao desenvolvimento humano e à criação de vínculos, um expressivo contingente de Psicólogos exercendo atividades na área de políticas públicas (Silva & Corgozinho, 2011). Assim, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável pela gerência de serviços socioassistenciais no Brasil, organiza as ações da assistência social em dois níveis de complexidade: a Proteção Social Especial, dividida em alta e em média complexidade, integrando os Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, e a Proteção Social Básica, composta pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS (Silva & Corgozinho, 2011). A inserção de psicólogos nos CRAS/CREAS vem apresentando uma ampla evolução a partir da regulamentação da profissão em 1962, que passou de uma atividade clínica e elitizada para uma atividade que se dispõe ao social e ao comunitário (Silva & Corgozinho, 2011). Desta forma, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora oferece acompanhamento psicossocial para crianças/adolescentes e para famílias de origem nuclear ou extensa e acolhedora.

O serviço propõe, ainda, algumas ações, as quais compreendem o trabalho da Psicologia, como, por exemplo, a capacitação das famílias acolhedoras através do desenvolvimento de um trabalho direcionado para a compreensão dos comportamentos típicos de crianças e adolescentes que sofreram abandono e violência, com vistas a instruí-los a fortalecer a autoestima destas, bem como contribuir para a construção de sua identidade (Brasil, 2009).

Destaca-se, também, a preparação para o acolhimento e o acompanhamento da criança e do adolescente que irá ingressar no programa, proporcionando escuta individual, ambientação à família acolhedora, construção de grupos de apoio a essas famílias, entre outras ações (Brasil, 2009). A capacitação do Serviço Família Acolhedora aborda alguns temas relevantes que também envolvem o trabalho do profissional Psicólogo, tais como a operacionalização jurídico-administrativa do serviço e suas particularidades, os direitos da criança e do adolescente, as novas configurações familiares e a realidade das famílias em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2009). Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo principal identificar de que forma a Psicologia pode contribuir na promoção do acolhimento familiar de crianças e adolescentes afastados por medida de proteção e na sua reintegração à família de origem ou família substituta.

Método

Delineamento

Caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório.

Participantes

Participaram desta pesquisa duas psicólogas que atuam no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora de dois municípios do norte do Estado do Rio Grande do Sul, três famílias acolhedoras e as crianças e adolescentes acolhidas em cada família. A escolha dos participantes respeitou aos critérios de inclusão deste estudo, no qual estabelecia que os profissionais deveriam atuar no referido serviço e as famílias serem suas usuárias, bem como esteve de acordo com os critérios de exclusão, que consistiam em não corresponder aos critérios de inclusão supracitados. Neste sentido, a seguir apresentam-se descrições mais detalhadas sobre cada um dos participantes.

Psicóloga 1 (P1): trabalha há 2 anos no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Psicóloga 2 (P2): trabalha há 1 ano e 2 meses no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Família Acolhedora 1: A. (mãe), do lar, sexo feminino, casada, 50 anos, cursou o ensino fundamental até 5ª série. B. (pai), mestre de obras, sexo masculino, casado, 52 anos, cursou o ensino fundamental até a 4ª série, renda de R\$ 1.500,00. C. (filho), servente de móveis, sexo masculino, 25 anos, cursou o ensino fundamental até a 5ª, reside com os pais. D. (esposa de C.), do lar, sexo feminino. E. (filha de C. e D.), 4 meses.

Acolhida da família 1: F., sexo feminino, 16 anos, cursando o 1º ano do ensino médio, primeiramente acolhida em um abrigo, pois a irmã tornou-se sua cuidadora. Contudo, as duas tiveram alguns desentendimentos após a morte da mãe e F. contactou o Conselho Tutelar, o qual localizou a sua tia que está lhe acolhendo como família acolhedora.

Família Acolhedora 2: G. (mãe), 46 anos, professora pós-graduada, sexo feminino, casada, renda de R\$ 2.000,00. H. (pai), 51 anos, comerciante, ensino superior incompleto, sexo masculino, casado, renda de R\$ 2.000,00. I. (filha), 13 anos, sexo feminino, cursando a 7ª série do ensino fundamental, faz aula de música e desenho. J. (filha), 9 anos, sexo feminino, cursando a 4ª série do ensino fundamental, faz aula de música e capoeira. K. (filho), 5 anos, sexo masculino, cursando a 1ª série do ensino fundamental.

Acolhidos da família 2: L., 3 anos, sexo masculino, frequenta o maternal integral. M., 5 anos, sexo feminino, cursando a pré-escola. L. e M. não foram entrevistados devido a pouca idade. Inicialmente foram acolhidos por um abrigo, pois foram retirados da família de origem em virtude de se encontrarem em um ambiente totalmente desprotegido, em situação de vulnerabilidade e risco.

Família Acolhedora 3: N. (mãe), 57 anos, sexo feminino, casada, advogada pós-graduada, aposentada, renda de R\$ 5.806,00. O. (pai), 57 anos, sexo masculino, casado, bancário, ensino superior completo, renda de R\$ 13.078,34.

Acolhidos família 3: R., 12 anos, sexo feminino, cursando a 5ª série do ensino fundamental. S., 11 anos, sexo feminino, cursando a 5ª série do ensino

fundamental. R. e S. foram acolhidas inicialmente por um abrigo, após serem retiradas da família de origem, devido aos vários tipos de violência que sofriam.

Instrumentos

Foram examinadas as fichas cadastrais das famílias acolhedoras e das crianças e adolescentes acolhidas, realizou-se observação do comportamento e entrevistas semiestruturadas com cada psicóloga e cada família, incluindo as crianças e adolescentes, com base em um roteiro previamente elaborado. As perguntas para as profissionais da Psicologia abrangiam a rotina laboral e os desafios encontrados no serviço prestado. As perguntas para as famílias acolhedoras incluíam desde o surgimento do interesse em participar do serviço até o momento da partida da criança e do adolescente. As perguntas para as crianças e os adolescentes envolviam os sentimentos que foram despertados, as dificuldades enfrentadas e o acompanhamento recebido nesta jornada.

Procedimentos

Inicialmente, a pesquisa passou pela apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa de uma faculdade do norte do Estado do Rio Grande do Sul, no qual emitiu parecer favorável para a sua realização. Além disso, essa pesquisa está de acordo com critérios éticos assegurados pela resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

As entrevistas e a observação participante ocorreram junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de dois municípios do norte do estado do Rio Grande do Sul, onde as famílias inscritas no serviço de acolhimento são assistidas. Estes dois municípios foram escolhidos pela possibilidade de acesso a um número maior de famílias acolhedoras, de acolhidos e de profissionais da área da Psicologia. Assim, as entrevistas semiestruturadas e a observação participante foram sucedidas em encontros com as psicólogas responsáveis pelo serviço e com as famílias que se dispuseram a participar da pesquisa. Foram realizadas duas entrevistas com as psicólogas, três entrevistas com as famílias acolhedoras e três entrevistas com os acolhidos em cada família. Na ficha cadastral de cada família e de cada criança, que se encontra no banco de dados do CREAS, foram levantadas informações a respeito da história pregressa e atual de cada sujeito.

O termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado por todos os participantes, anteriormente à realização da entrevista e da observação, a fim de que os envolvidos compreendessem os propósitos e métodos desta pesquisa. O termo de consentimento abrange os objetivos e os procedimentos adotados nesse estudo, assegura total sigilo da identidade dos sujeitos que o assinaram e autoriza a divulgação dos dados necessários para finalidade científica. Ademais, foi informado aos entrevistados que poderiam desistir de participar do estudo a

qualquer momento, bem como poderiam procurar pelas autoras para esclarecer dúvidas em relação à pesquisa e obterem conhecimentos a respeito dos resultados.

Análise dos dados

Para a análise dos dados coletados, após a realização das transcrições das entrevistas e da observação participante, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Minayo (2010). O termo análise de conteúdo, para a autora, tem significado além de um procedimento técnico, porque inclui buscar na teoria e na prática à realização de investigações sociais.

Neste sentido, as seguintes etapas sucederam à análise de dados: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na pré-análise, foram selecionadas as informações pertinentes para os objetivos desta pesquisa e resgataram-se as hipóteses levantadas inicialmente. Para tanto, aplica-se a leitura flutuante, na qual o pesquisador entra em trato intenso e direto com o material de campo e a formulação e reformulação de objetivos e hipóteses, bem como retoma a fase exploratória com a efetuação de uma leitura extenuante, com o intuito de captar a riqueza do material adquirido. Na etapa de exploração do material, buscou-se estabelecer as categorias explicativas por meio de expressões ou palavras eloquentes, ordenando-se o conteúdo das falas. Na última etapa, foi realizado o tratamento e a interpretação dos resultados obtidos, correlacionando com o quadro teórico acessado acerca do tema (Minayo, 2010).

Discussão

Os dados desta pesquisa foram organizados em duas categorias, sendo que para demarcá-las fez-se a leitura das informações obtidas na pesquisa. Neste sentido, apresenta-se a divisão das categorias: Quando o olhar e a escuta se entrelaçam: a percepção das famílias acolhedoras e dos acolhidos sobre o Programa Família Acolhedora; e, Quem Ama Acolhe! Mas Quem Ama Devolve? A percepção das psicólogas sobre o Programa Família Acolhedora. Para assegurar o sigilo e o anonimato, as psicólogas foram identificadas pelas iniciais P1 e P2 e cada família foi representada por letras do alfabeto, o que auxiliará na assimilação da autoria dos relatos no momento da compreensão e interpretação dos dados.

Quando o olhar e a escuta se entrelaçam: a percepção das famílias acolhedoras e dos acolhidos sobre o Programa Família Acolhedora

Nas falas das famílias e dos acolhidos, foi possível identificar tanto a percepção pessoal quanto os sentimentos gerados por esse acolhimento, principalmente no conteúdo das falas das mães acolhedoras, que demonstraram afeto e zelo para com as crianças e adolescentes. Sobre o zelo materno, Bowlby

(2006, p. 69), refere que “trata-se de uma relação humana viva, que altera tanto a personalidade da mãe quanto a do filho”. O amor maternal, que a criança carece, é puramente encontrado no meio familiar e não existe qualquer outro tipo de relação a qual um ser humano se dispõe de forma tão incondicional e constante ao dispor do outro (Bowlby, 2006).

Verifica-se que a relação de cuidado e de carinho, entre os acolhidos e as famílias acolhedoras, foi sendo construída através da convivência: “[...] foi bom receber ela aqui, falei como tinha que ser e ela aceitou. Quero que ela estude, faça um curso, arrume um emprego; ela pediu abrigo e eu estou ajudando, mas disse, não tenho muitas condições, não posso te dar nada” (A. – família acolhedora 1). “Eu acho bom aqui (família acolhedora), por mais que a gente às vezes quer uma coisa e não dá, né, daí fica pensando que é ruim, mas é bom, tem tantas gurias soltas por aí” (F. – acolhida da família 1). A participante N., mãe acolhedora 3, compartilha do mesmo posicionamento da mãe acolhedora 1 ao referir à importância da educação e do conhecimento:

[...] tem que priorizar a educação, não só estudar na escola, mas o conhecer, levar pra conhecer isso, levar pra conhecer aquilo. A gente participa muito de jantares, de eventos, a gente procura levá-las junto, como se fossem nossos filhos que quando pequenos iam junto. Tentando priorizar a cultura, para elas terem uma visão de mundo diferente da que elas tinham, uma visão assim: existe alguma coisa, poxa, se eu estudar, se eu me dedicar, eu vou conseguir quem sabe no futuro, passear, visitar, conhecer tanta coisa, mas depende de mim.

Bowlby (2006, p. 118) refere que “o lugar certo para uma criança é o seu próprio lar, se for ilegítima um lar adotivo”, uma vez que garantiria o cuidado individualizado, o acesso à educação e a convivência familiar e comunitária, possibilitando a continuidade da socialização da criança e/ou do adolescente (Brasil, 2009).

Além do afeto encontrado nestas famílias, observa-se, também, a presença da assertividade, que auxilia na expressão e na afirmação de sentimentos, crenças e pensamentos. Segundo Camargo (2007), agir de maneira afetuosa, assertiva e emancipatória em relação às crianças e adolescentes auxilia na construção de uma identidade positiva, na medida em que as crianças e adolescentes passam a perceber aquele grupo de pessoas as quais convivem como referências. Ademais, foi possível constatar o estímulo da autonomia nos acolhidos e o ensinamento de regras e limites: “Fiquei muito feliz por ser acolhida, eu gosto de estar aqui, os tios são bem queridos, ajudam a fazer os temas, sempre perguntam se tem tema ou não, e todo dia temos que ler um pouco” (R. – acolhida da família 3). A fala da mãe G., da família acolhedora 2, acrescenta:

No início muito rebeldes, muito sem limites, muito pela situação deles. É compreensível, mas no começo tive que usar rigorosamente a cadeirinha

de pensar, era a única coisa que eu podia usar, agora já nem usamos mais a cadeirinha do pensamento. A M. escreveu o nome na camioneta do tio, ficou de castigo sem olhar a tevê, mas é uma arte de criança, como eu digo, eles nunca viram, nunca tiveram, ela está aprendendo a escrever o nome, veio feliz da vida mostrar pra nós e tu vai fazer o que, né.

A criança cria um modelo de entendimento interno procedente de como foi cuidada. Mais além, esse modelo internalizado concede a ela benefícios ou malefícios. Se o sentimento for de segurança em relação aos cuidadores, a criança tende a confiar em si própria, tornando-se independente e explorando sua liberdade (Bowlby, 2006).

Ressalta-se que as famílias acolhedoras se dispõem a acolher crianças e adolescente em situações de vulnerabilidade e risco, que foram retiradas do convívio familiar. Como essas crianças e adolescentes apresentam uma série de dificuldades, já manifestadas tanto na família de origem como no abrigo, é natural que elas se revelem também em relação à família acolhedora, conforme relata a mãe acolhedora 3, N.:

[...] os episódios que aconteceram de gênio foi sempre com a mais nova, eu ligava pra lá (serviço de acolhimento) e perguntava: o que eu faço? As meninas lá dão um apoio muito grande e isso é muito importante, esse projeto só da certo se tu tens esse apoio, se não tiver apoio, se você não é bem estruturado, no primeiro baque já fica 'tá e agora?'. Mas a gente tem um apoio muito grande, falo com as gurias (equipe técnica) elas já estão prontas pra marcar um encontro pra conversar, pra dar sugestões, também conversei com as psicólogas do centro de estudos e proteção à infância e adolescência (CEPIA), aquele gênio dela, assim ó, o apoio da equipe é muito bom, sem o apoio da equipe é complicado.

Diante do exposto, fica clara a necessidade e a importância do apoio prestado pela equipe técnica do serviço de acolhimento em família acolhedora, bem como de toda a rede que essa criança e adolescente faz parte, que se revela determinante para a realização de um bom acolhimento. Neste sentido, o Programa de Acolhimento em Família Acolhedora é percebido pelas famílias como aquele que proporciona a oportunidade de ajudar crianças e adolescentes a desenvolverem-se da melhor forma possível, apesar das dificuldades e limitações vividas por eles por terem sido expostos a negligências, violências, abusos, entre outras violações de direitos. Já os acolhidos compreendem o serviço como a possibilidade de trilhar novos caminhos e de receberem o cuidado, a proteção e o carinho que não experienciaram em suas famílias de origem, mas que as famílias acolhedoras são capazes de proporcionar.

Quem ama acolhe! Mas quem ama devolve? A percepção das psicólogas sobre o programa família acolhedora

A presente categoria engloba a percepção das psicólogas sobre o Programa Família Acolhedora, assim como as atividades que essas profissionais desempenham. A Psicologia Social Comunitária concebe o ser humano como “constituído sócio historicamente e ao mesmo tempo em contínua construção de concepções a respeito de si mesmo, dos outros e do contexto social em que vive” (Silva & Corgozinho, 2011, p. 17). Assim, considerando o ser humano com um agente que se encontra em pleno crescimento, a psicóloga 2 disserta sobre as etapas percorridas neste serviço:

[...] o preparo da família é uma construção que tu vai fazendo com ela, de todos aqueles itens que a gente trabalha, desde o desenvolvimento da criança, o conhecer a história da criança, já é um preparo para a família acolher, porque sabendo disso ela vai identificar, depois nas situações, vai compreender melhor essa criança, pois ela vem de um contexto diferente, vai apresentar comportamentos que a família não espera e a família precisa estar preparada para lidar com isso. Como as crianças estão na instituição, quem faz inicialmente esse trabalho, são as técnicas da casa de acolhimento, o que a gente conversou e combinou é trabalhar com a criança a possibilidade desse tempo que ela precisar ficar numa casa de acolhimento, se ela tem o desejo, o interesse de conhecer uma família que ela possa ficar enquanto for preciso e que essa família esta disposta a cuidar de uma criança, que o perfil é semelhante com o dela. Até o momento as crianças ficam felizes pela questão de sair do abrigo, então ir trabalhando que, nem sempre, o sair de lá é para ir a um lugar que eles idealizam.

Deste modo, observa-se que o psicólogo, que está dentro do Programa Família Acolhedora, intervém nas demandas do serviço pelo viés da Psicologia Social Comunitária, pois as famílias acolhedoras e os acolhidos vivem em contextos sociais diferentes e no momento em que começam a conviver podem surgir alguns conflitos, os quais serão enfrentados assertivamente devido à preparação que as famílias e as crianças e adolescentes recebem da equipe do programa. Para Bowlby (2006), no decorrer do tempo um real vínculo afetivo prospera, garantido pelas habilidades cognitivas e emocionais da criança, pela veracidade dos procedimentos de cuidado, pela responsabilidade e sensibilidade dos cuidadores.

O acompanhamento das famílias e dos acolhidos, no primeiro momento, é realizado de forma a promover, dentre tantos aspectos relevantes:

[...] reflexões e orientações, esclarecendo as famílias sobre o

funcionamento do programa, sobre a realidade das crianças que estão abrigadas, a fim de conscientizá-los e prepará-los para o acolhimento. A equipe técnica do abrigo e da família acolhedora conversam com as crianças que serão acolhidas, explicando como será o acolhimento e esclarecendo que será por um período provisório e, as crianças estando de acordo, inicia-se a adaptação. A gente vai acompanhando para ver se as crianças estão bem adaptadas de acordo com o acolhimento (P1).

Sendo assim, o psicólogo e outros técnicos do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora acompanham o processo de adaptação ao acolhimento dessas famílias e dessas as crianças e adolescentes, observando os vínculos que vão se estabelecendo e procurando, de forma constante, alternativas para que as famílias possam cuidar de forma saudável de seus acolhidos.

Segundo evidenciou Bowlby (2006), o comportamento não é algo inerte e, sim, uma destreza dinâmica de inter-relações pessoais com o meio. As análises sobre o cuidado incongruente na primeira infância, o desconforto e a ansiedade de crianças pequenas correspondentes à cisão dos cuidadores, evidenciaram efeitos adversos ao desenvolvimento, atribuídos ao rompimento na interação com a figura de cuidado. Em vista disso, as crianças e adolescente acolhidos que sofreram algum tipo de violência ou abandono, podem desenvolver crenças de desamparo, desvalia e desamor, o que dificulta a sua vinculação com pessoas que desempenham o papel de cuidador. Em relação a essa questão, a psicóloga 2 refere:

[...] têm varias crenças que as crianças podem estabelecer em decorrência das vivências que elas tiveram. Em relação a isso eu acredito que tenha de se trabalhar, para que a criança não perceba a separação (da família acolhedora) como abandono, mas que entenda com naturalidade e participe desse processo de afastamento. À volta a família de origem, acredito ser mais tranquilo, pois é o vínculo primário e elas tem um desejo muito forte de voltar para essa família. O trabalho acho que é mais intenso quando se trata de ir para família substituta, que a criança entenda que saiu da família dela, foi para uma família acolhedora e foi cuidada e não irá voltar (a família de origem), que tudo isso seja trabalhado e ai, sim, essa preparação para a família substituta precisa ser intensa. Crianças maiores precisam também de psicoterapia, em relação a isso, além do atendimento que a gente faz, do manejo das situações de acolhimento em decorrência dessa experiência de violência, de abandono, de negligencia, quando eles vão estabelecer um novo vinculo, isso tudo vem à tona, aparece todas essas experiências anteriores que a criança teve e vão se refletir na relação dela.

Verifica-se que as famílias acolhedoras ficam com as crianças e adolescentes acolhidos por um determinado período, ou seja, até o momento em que as famílias de origem se mostrarem aptas para recebê-los novamente ou, nessa impossibilidade, até que possam ir para uma família substituta por meio da adoção, conforme explica a psicóloga 1:

[...] quando existe essa possibilidade, é conversado com a criança, explicado sobre a situação e incentivada de forma que entenda que será algo positivo para a vida dela. Conversa-se com a família acolhedora para também colaborar nessa fase de transição, porque eles já formaram um vínculo ali, então solicitamos que a família converse com a criança sobre esse processo e, a seguir, inicia o período de adaptação com a família substituta. A família acolhedora, por sua vez, vai poder explicar o porquê vai ser bom para ela e transmitir uma tranquilidade e uma segurança para essa criança. Também não será de uma hora para outra, a criança sai de forma momentânea (período de adaptação) e vai para uma família substituta.

A equipe técnica do serviço acompanha as famílias acolhedoras e os infantes no período de acolhimento e, também, no retorno dessas crianças e adolescentes para a família de origem ou na integração à família substituta. Além disso, na maioria dos casos, busca-se psicoterapia para aos acolhidos, com intuito de desenvolver autoconfiança e a autoestima, bem como a equipe do programa oferece suporte às famílias acolhedoras para que crianças e adolescentes experienciem a oportunidade de conviver em ambiente familiar com todos os benefícios que o relacionamento pode lhes trazer (Cecatto, 2008).

Deste modo, o serviço de acolhimento em família acolhedora é compreendido pelas psicólogas como a possibilidade de crianças e adolescentes vivenciarem um cuidado individualizado e personalizado a sua situação, em uma família que está disposta a acolher, a dar afeto e atenção de forma distinta a encontrada no ambiente institucional. O acolhimento é visto, ainda, como extremamente saudável para as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, pois resguarda os seus direitos à proteção, afeto, educação e saúde de qualidade.

Conclusões

Por meio da presente pesquisa, foi possível verificar que o papel da psicologia no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é de suma importância para o seu andamento, pois o profissional da psicologia, juntamente com a equipe técnica, possui o manejo e o cuidado necessários para selecionar as famílias aptas a participar do programa, de acordo com o seu perfil e as características da criança e do adolescente, que se encontram institucionalizadas

em virtude de terem os seus direitos violados. Da mesma forma, esse profissional realiza o acompanhamento psicossocial dessas crianças e adolescentes acolhidos, considerando as particularidades de sua história de vida. Além disso, realiza o atendimento e o acompanhamento das famílias de origem, com vistas à mudança do ambiente familiar disfuncional, para que as crianças e adolescentes possam retornar ao seu convívio o mais breve possível. Neste sentido, ao psicólogo compete a preparação e a orientação tanto das famílias acolhedoras quanto das famílias de origem, priorizando o bem-estar das crianças e dos adolescentes e um saudável desenvolvimento.

Ressalta-se que a equipe técnica do Programa Família Acolhedora acredita, perseverantemente, nesse novo formato de acolhimento, uma vez que se revela positivo para o desenvolvimento dos infantes ao assegurar o convívio familiar e comunitário, a atenção individualizada e a continuidade da socialização de crianças e adolescentes vítimas de abandono e violência, que se encontram institucionalizadas. Assim, os profissionais, por acreditarem na eficiência desse serviço, encorajam novas famílias a participar do programa e apoiam as famílias que já estão acolhendo em razão do benefício já comprovado proporcionado por elas aos acolhidos. Observa-se, ainda, que os jovens notam as mudanças benéficas em suas vidas após o acolhimento, tendo assim demasiada gratidão pelos acolhedores, que são vistos como exemplos a serem seguidos.

Portanto, a resposta para a questão “Quem ama acolhe! Mas quem ama devolve?” é sim, devolve! E esta resposta não se mostra nem um pouco negativa, pois verifica-se o forte desejo que as famílias acolhedoras têm de cuidar, dar carinho, educação e proteção a esses infantes, apesar de estabelecido um período determinado de convivência. As famílias acolhedoras possuem um altruísmo imensurável, que parece aumentar a motivação para cuidar e proteger essas crianças e adolescentes. Soma-se a isso, a história de violência, abuso e abandono sofrido pelas crianças e adolescentes que sensibiliza as famílias acolhedoras, tornando possível a construção de um vínculo afetivo sólido, bem como permitindo que as famílias ofereçam o que possuem de melhor e mais significativo, com a certeza de que no momento da partida desses infantes para uma casa definitiva, carregarão tudo aquilo que lhes foi ensinado.

Diante do exposto, conclui-se que o objetivo central desta pesquisa foi atendido, na medida em que foi alcançada a compreensão da percepção das psicólogas, das famílias acolhedoras e dos acolhidos no Programa Família Acolhedora e a importância da ciência psicológica nesse serviço. Contudo, evidencia-se que o estudo não procura finalizar a problematização deste tema, mas, sim, originar discussões e reflexões sobre os benefícios do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Logo, propõe-se que essa questão seja explorada por pesquisadores e que estes estudos sejam publicados, havendo assim um acervo de pesquisas, no qual hoje se revela escasso, acerca dos benefícios e dos aspectos a serem trabalhados e aprimorados no Programa Família Acolhedora.

Referências

- Bowlby, J. (2006). *Cuidados maternos e saúde mental*. (5. ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Brasil. (2009). *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças Adolescentes*. Brasília: Ministério Desenvolvimento e Combate à Fome.
- Camargo, V. L. K. (2007). *Famílias acolhedoras: um estudo comparativo*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Cecatto, G. M. (2008). *Comportamento agressivo e aspectos psicodinâmicos em crianças abrigadas*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. (3. ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Gomes, M. A. & Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 357-63.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. (12. ed.), São Paulo: Hucitec.
- Oliveira, R. A. (2000). Do vínculo às relações sociais: aspectos psicodinâmicos. *Análise Psicológica*, 18(2), 157-170.
- Prado, D. (1981). *O que é família*. (1. ed.). São Paulo: Editora Brasiliense S.A.
- Schaurich, D. (2009). Compreensões de acadêmicos de enfermagem sobre famílias: algumas reflexões. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm.*, 13(2), 415-420.
- Silva, J. V. & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 23(spe.), 12-21.